

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2006
(do Sr. Antonio Carlos Pannunzio)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre objetivos e resultados da “missão institucional” realizada em encontro ou reunião realizada no mês de maio do corrente com o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno requiero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre os objetivos e resultados da “missão institucional” realizada em encontro ou reunião realizada no dia 18 de maio do corrente com o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity.

Solicito, ainda, cópia do inteiro teor da Ata ou Memória regulamentar da referida reunião.

JUSTIFICATIVA

A Agência Estado em 22 de maio do corrente, publicou notícia sob o título “Genro: Bastos cumpriu missão institucional ao se encontrar com Dantas”. Diz a notícia:

“O ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro, disse hoje que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, cumpriu uma missão institucional ao se encontrar em sigilo na semana passada com banqueiro Daniel Dantas, que deverá depor nesta semana à Polícia Federal (PF) sobre um dossiê atribuído a ele com supostas contas bancárias de autoridades no exterior. “Não vejo nenhum problema na reunião. Pelo contrário. Ficou absolutamente claro que o ministro recebeu informações e afirmou ao senhor Daniel Dantas que a Polícia Federal vai fazer o inquérito. Uma missão institucional, cumprida de maneira correta e adequada pelo ministro Márcio”, afirmou Tarso Genro.

O ministro de relações institucionais não quis comentar as suspeitas de que o encontro teria ocorrido para firmar um pacto de não-agressão entre o banqueiro e o governo. “Demais questões têm de ser respondidas pelo ministro”, disse. Ele ressaltou que respondia às questões politicamente. “Ele cumpriu função institucional sua e deixou bem claro que a Polícia Federal vai fazer um inquérito rigoroso em função daquelas denúncias que apareceram na revista semana que apresentou os fatos”, garantiu Tarso Genro.”

A mesma Agência Estado, também no dia 22 de maio, publicou: “Bastos confirma que esteve com Dantas a pedido do ex-banqueiro”:

“O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, confirmou há pouco que teve na última quinta-feira um encontro com o ex-banqueiro Daniel Dantas. O encontro, segundo o ministro, foi realizado a pedido da assessoria de Dantas. “Concordei com o encontro e levei duas testemunhas – um senador e dois deputados”, contou o ministro após a solenidade de assinatura de acordos com o ministro da Justiça da Espanha. Segundo relato de Thomaz Bastos, Daniel Dantas explicou a ele que queria um encontro para entregar uma carta ao Ministério da Justiça na qual dizia que nunca tinha investigado existência de contas bancárias no exterior do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras autoridades ou passado informações a nenhum órgão de imprensa, referindo-se a matéria publicada semana passada pela Revista Veja.

“Eu disse a ele que a Polícia Federal tinha aberto investigação e que esta seria feita até as últimas consequências”, disse Thomaz Bastos.

Segundo ele, o presidente Lula não interferiu para que o encontro se realizasse. Tanto assim, segundo o ministro, que Lula só foi informado do encontro com Dantas depois que ocorreu.

O ministro não considerou estranho o encontro que teve com Dantas. “Tenho realizado muitos encontros. Não posso submeter minha agenda a quem quer que seja. Mas garanto: a conversa foi absolutamente impessoal. Eu disse a ele que a PF iria investigar o caso de maneira impessoal e seria”, destacou.

Bastos afirmou que cabe a ele definir a conveniência de sua própria agenda. Segundo ele, em centenas de operações que realizou, a PF mostrou que não persegue inimigos e nem protege amigos. “E vai investigar este caso com a mesma impessoalidade até as últimas consequências, como sempre tem feito”, disse. O ministro destacou também que não interfere na atuação da Polícia Federal. “Não interfiro na atuação da PF. Procuro dar um rumo à PF mas não pretendo controlá-la”.

As informações que ora requeremos são fundamentais ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2006.

Deputado Antonio Carlos Pannunzio
PSDB/SP